COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 6.705, DE 2009

“Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre produtos escolares de fabricação nacional e altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003, para estabelecer alíquota zero da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) incidentes sobre as receitas decorrentes da venda desses produtos”.

AUTOR: SENADO FEDERAL

RELATOR: Dep. ANDRÉ MOURA

Apensados: PL Nº 4343/12 e 7445/14

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei Nº 6.705, de 2009, oriundo do Senado Federal, propõe a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, assim como a redução a zero das alíquotas das Contribuições para o PIS/PASEP e para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, quando incidentes sobre produtos escolares de fabricação nacional.

O Projeto foi rejeitado, por maioria, pela Comissão de Educação e Cultura - CEC, nos termos do parecer vencedor, de autoria do nobre Deputado Paulo Rubem Santiago, vencido o parecer pela aprovação do Relator designado, o nobre Deputado Pinto Itamaraty.

Posteriormente, foi apensado a esse o Projeto de Lei Nº 4.343, de 2012, de autoria do nobre Deputado Paulo Pimenta, com essencialmente o mesmo teor, exceto por não prever os dispositivos do Principal que determinam ao Poder Executivo a estimativa da perda de arrecadação decorrente da aprovação da Proposta e sua consideração nas propostas orçamentárias anuais apresentadas após 60 (sessenta) dias da publicação da Proposta aprovada.

O feito vem a esta Comissão, na forma do Regimento, para verificação prévia da compatibilidade e adequação financeira e orçamentária, eventualmente seguida da apreciação do mérito.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Cabe exclusivamente a esta Comissão apreciar a proposição quanto à sua compatibilidade ou adequação com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias, o orçamento anual e as normas pertinentes à receita e despesa públicas, nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RI, arts. 32, X, “h” e 53, II) e de Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação, que “estabelece procedimentos para o exame de compatibilidade ou adequação orçamentária e financeira”, aprovada pela CFT em 29 de maio de 1996.

A Lei Complementar Nº 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF em seu art. 14 exige estar a proposição acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar a produção de seus efeitos e nos dois seguintes, assim como sua compatibilidade com o cumprimento das metas fiscais estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias e o atendimento de pelo menos uma de duas condições alternativas.

Bem como o Art. 108 da LDO, é claro: As proposições legislativas e respectivas emendas, conforme art. 59 da Constituição Federal, que, direta ou indiretamente, importem ou autorizem diminuição de receita ou aumento de despesa da União, deverão estar acompanhadas de estimativas desses efeitos no exercício em que entrarem em vigor e nos dois subsequentes, detalhando a memória de cálculo respectiva e correspondente compensação, para efeito de adequação orçamentária e financeira e compatibilidade com as disposições constitucionais e legais que regem a matéria.

Uma condição é que o proponente demonstre que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, caso produza efeitos imediatos, e que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias, no período acima mencionado. Outra condição, alternativa, é que a proposição esteja acompanhada de medidas de compensação, no mesmo período acima mencionado, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, da ampliação de base de cálculo ou da majoração ou criação de tributo ou contribuição, podendo o benefício entrar em vigor apenas quando implementadas tais medidas.

Pelo exposto, voto pela **INADEQUAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA DO PROJETO DE LEI Nº 6.705, DE 2009, E DOS PROJETOS E DO PL 7445, DE 2014 E DO PROJETO LEI Nº 4.343, DE 2012, APENSADOS**, da forma aprovada pelo Senado Federal.

Sala da Comissão, em de junho de 2015.

Deputado **ANDRÉ MOURA**
Relator